

Resposta à proposta do INAMI de autorizar uma concessão de exploração de areias pesadas à empresa Africa Yuxiao Mining ao longo da costa da Província da Zambézia, em Moçambique.

No dia 3 de Abril de 2024, o representante da empresa Africa Yuxiao Mining Frank Zhang envia um convite as nove comunidades rurais da Localidade Madal no Distrito de Quelimane para participarem em reuniões para discutir os aspectos sociais e ambientais da futura concessão mineira (n.º 7152C com 5786,88 ha), incluindo um plano de reassentamento. Felizardo Camões; director executivo da empresa de consultoria FEBECA contratado pelo proponente confirma e detalha as datas e horários das reuniões consultivas. Contudo, no dia 8 de maio de 2024, o mesmo Felizardo Camões cancelou todas as reuniões alegando que uma das direções nacionais do ministério competente não tem tempo.

No jornal noticias de 30 de Agosto de 2024, o Director Geral Dino Miguel Milisse do Instituto Nacional de Minas (INAMI) pede reacções à sua intenção de emitir uma concessão (n.º 12751C) à empresa Africa Yuxiao Mining para a exploração e exportação das areias pesadas no distrito de Quelimane. Abaixo segue um mapa da zona costeira com as 50 coordenadas projectadas conforme divulgado no aviso de 30 de agosto.



O mapa mostra um amontoado de pontos (14 dos quais estão projectados erradamente no Oceano Índico a uma distância de 10 km!) mas cujo perímetro abrange uma área de aproximadamente 8500 ha. Eis algumas razões pelas quais os abaixo assinados rejeitam a proposta do INAMI.

Em primeiro lugar, deve ser declarado que as comunidades envolvidas não tiveram a oportunidade de expressar as suas opiniões, conforme exigido pelo Artigo 32.º N.º 2 da Lei de Minas. Estas consultas previstas na lei não podem ser substituídas pelo anúncio de 30 de agosto publicado no jornal noticias.

Em segundo lugar, há que referir que a exploração das areias pesadas na costa da Zambézia, já em curso, desafia todas as directrizes para a conservação da natureza e da dignidade humana. Os

exemplos podem ser encontrados em Pebane, Chinde e Inhassunge, onde operam empresas chinesas e russas. As formações costeiras especiais de dunas as Morrundas e Baixas formadas como barras paralelamente à costa são o produto da formação geomorfológica ao longo de milhões de anos. Ao longo do último século, a população fez um uso inteligente destas formações extremamente sensíveis a degradação, organizando de forma responsável a sua produção agrícola e o seu ambiente de vida, sem causar perturbações ecológicas profundas. A combinação de coqueiros, arroz e outras culturas como a batata-doce e variedades de feijão garantem a segurança alimentar. Animais de pequeno porte e a pesca complementam a dieta. Esta forma de viver com o que a natureza oferece e tem oferecido é fundamentalmente arruinada pelas actividades de mineração, onde todos os princípios de humanidade, dignidade e ecologia são ignorados e até brutalmente eliminados. As actividades de mineração da empresa chinesa Africa Great Wall Mining Development Company Lda no distrito de Inhassunge foram amplamente descritas e condenadas pelo Centro de Integridade Pública (CIP) no seu relatório: *Extractivismo que destrói o ambiente: desvendando crimes ambientais cometidos por empresas chinesas de exploração mineira em moçambique*. No entanto, até ao momento não foi possível responsabilizar a administração da Africa Great Wall Mining Development Company e iniciar processos judiciais.

Em terceiro lugar; no contexto do chamado “*Projecto de Meios de Subsistência Costeiros e Resiliência Climática (CLCR)*” que é financiado pelo governo dos EUA através do Millennium Challenge Compact , afirma-se que ao longo da costa da Zambézia “*existem propostas mineiras que, se foram aprovadas e exploradas, destruirão a produtividade deste delta intocado. Se mesmo os projectos de mineração de areia pesada nos 30.379 ha do delta do rio Zambézia, que já foram aprovados, avançarem, o impacto na economia moçambicana resultaria em perdas de, pelo menos, 26 mil milhões de dólares. A mineração proporciona ganhos financeiros a curto prazo para os acionistas e algumas receitas fiscais para o governo nacional, mas está associada a uma degradação significativa do habitat e ao empobrecimento local*” fim da citação. O MCCompact entre os governos americano e moçambicano, no valor de 530 milhões de dólares, já foi assinado, mas se Dino Miguel Milisse do instituto mineiro INAMI aprovar inesperadamente esta concessão, existe a hipótese de o MCCompact ficar sob pressão.

No quarto lugar, deve ser referido a total falta de controlo governamental sobre os volumes de areias pesadas exportados. O título do relatório CIP de agosto de 2022; “*Estado perde milhões de meticais por falta de fiscalizacao da produção de areais pesadas na província da Zambézia*” já indica que existe; “*falta de supervisão adequada por parte das autoridades moçambicanas e de que as empresas África Great Wall Mining, Tazetta Resources e TZM Resources SA sejam protegidas por pessoas altamente posicionadas, o que lhes dá o direito de saquear os recursos do povo sem olhar para trás , para as consequências e danos causados pela forma como agem*” fim da citação. Recentemente, a empresa russa Tazetta Resources foi apanhada a exportar ilegalmente massivamente areias pesadas a partir das suas instalações portuárias improvisadas em Pebane. Os protestos dos jovens em Pebane por causa da má conduta social da empresa foram violentamente reprimidos pelo governo.

Por último, importa referir que no caso da Africa Yuxiao Mining e do seu consultor FEBECA INAMI - depois de se ter tornado evidente que havia uma resistência real entre a população local à concessão - foi iniciado um procedimento acelerado - provavelmente sob pressão da Africa Yuxiao Mining e as autoridades que protegem a empresa - para concedem a concessão.

Apelamos, por isso, ao Governo Moçambicano para que recuse o pedido de concessão e que guarda as matérias-primas minerais até que a Zambézia desenvolva a capacidade de extrair soberanamente as areias pesadas e utilizar os metais específicos como matéria prima para uma actividade industrial local para exportar, em vez de matéria-prima, produtos de elevada qualidade.

Assinado por (20 de Setembro 2024):

Associação de Operadores Minerários da Zambézia (ASSOMIZA):

[Handwritten signature]



Industria de Plástico e de Calçado da Zambézia (INCALA):

[Handwritten signature]



União Provincial de Camponeses da Zambézia (UPCZ):

[Handwritten signature]

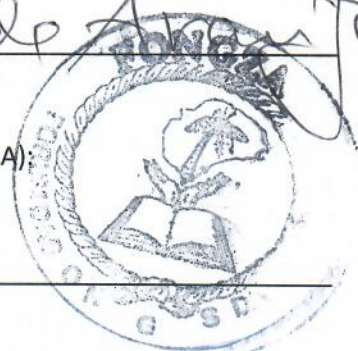


O Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Quelimane (CMQ):

[Handwritten signature]

Forum das ONG's na Zambézia (FONGZA):

[Handwritten signature]



Nucleo das Associações Femeninas na Zambézia (NAFEZA):

[Handwritten signature]



[Small handwritten mark]

Rede de Conservação da Biodiversidade costeira, marítimo e Recursos Hídricos (MULABA):

[Handwritten signature]



Plataforma G20 Zambezia:

[Handwritten signature]



Associação para o Desenvolvimento Comunitario (MAGANO):

[Handwritten signature]



Associação Despertador de racocinio da Juventude Mocambicana (ADRAJUM):

RAIMUNDO BANE RAIMUNDO

Justica Ambiental (JA):

Quabela Aucuth de Deus



Observatorio de Meio Rural (OMR):

Yener



Centro de Integridade Publico (CIP):

Luizane Cordeiro Arnie



Associação dos Bons Sinais:

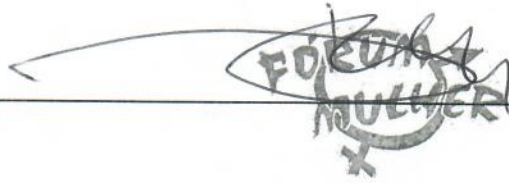
Octavio Xavier

[Handwritten mark]

JGM Consult.



Forum Mulher



A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and includes the words "FORUM" and "MULHER" in bold, uppercase letters. Below the signature, there is a small asterisk symbol.

